



---

*Memórias do Exílio*

Ana Aranha | Carlos Ademar



*Memórias do Exílio*

Ana Aranha | Carlos Ademar

parsifal

WWW.PARSIFAL.PT  
WWW.FACEBOOK.COM/EDICOESPARSIFAL

© 2018, Ana Aranha, Ana Benavente, Carlos Ademar, Cláudio Torres,  
Fernando António Almeida, Fernando Mariano Cardeira, Hélder Costa,  
Helena Cabeçadas, Luís Cília, Luísa Tito de Morais, Manuel Pedroso Marques,  
Manuel Villaverde Cabral, Margarida Tengarrinha, Teresa Rita Lopes  
e Edições Parsifal, Lda.

EDIÇÕES PARSIFAL  
Av. Elias Garcia, n.º 76, 1.º F  
1050-100 Lisboa  
Telefone: 211 985 674  
info@parsifal.pt

Autores: Ana Aranha e Carlos Ademar  
Título: *Memórias do Exílio*  
Imagem de capa: Fernando Mariano Cardeira  
Capa: Pedro Gil  
Paginação: Augusto Nunes  
Revisão: Ana Mendes / Edições Parsifal, Lda.  
Impressão: Caflesa, Lda.  
1.ª edição: Março de 2018  
ISBN: 978-989-8760-47-0  
Depósito legal n.º 437 466/18

Distribuição: Clube do Autor, S. A.  
Av. António Augusto de Aguiar, n.º 108, 6.º andar  
1050-019 Lisboa  
Telefone: 214 149 300 / Fax: 214 141 721

## ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA .....	9
Ana Benavente .....	13
Cláudio Torres .....	31
Fernando António Almeida .....	49
Fernando Mariano Cardeira .....	67
Hélder Costa .....	85
Helena Cabeçadas .....	103
Luís Cília .....	123
Luísa Tito de Morais .....	143
Manuel Pedroso Marques .....	161
Manuel Villaverde Cabral .....	181
Margarida Tengarrinha .....	199
Teresa Rita Lopes .....	215
FONTES .....	231



## NOTA INTRODUTÓRIA

Passados mais de quarenta anos sobre o 25 de Abril, valerá a pena insistir na divulgação da resistência ao regime ditatorial que traçou o destino dos portugueses durante quase cinco décadas? A resposta dos autores só pode ser uma: sim, vale seguramente a pena. E desta vez foi dada a voz aos que um dia tiveram de abandonar o país, continuando a luta nos países de acolhimento. Haveria variadíssimos aspectos a considerar, todos válidos e de natureza distinta, mas ficaremos por um: dar mais um contributo para que se faça a História do Estado Novo, nesta vertente da luta contra o regime, mais especificamente o exílio político, com todas as suas cambiantes.

Na senda de *No Limite da Dor* (Parsifal, 2014), que aborda a questão da tortura perpetrada pela polícia política, também a presente obra assenta num programa de rádio transmitido na Antena 1, de autoria de Ana Aranha. Há que não desperdiçar a oportunidade de registarmos para memória futura, na primeira pessoa, o que têm para contar homens e mulheres que um dia tiveram de abandonar a família, os amigos, tudo o que já tinham construído e alcançado, para se sujeitarem aos infortúnios do desconhecido, agarrando as oportunidades de trabalho que apareciam para poderem sobreviver.

Talvez nunca venhamos a conhecer com rigor a dimensão desta diáspora. De norte a sul do país, muitos portugueses, jovens em grande percentagem, combateram o regime e por isso pagaram um preço muito alto: a prisão e a tortura, para uns; a clandestinidade ou o exílio, para outros. Muitos passaram por todas estas vicissitudes em diferentes momentos, demonstrando uma capacidade de resistência que hoje quase temos dificuldade em compreender, familiarizados que estamos com a vida em liberdade. O regime ditatorial sempre perseguiu os que lhe resistiam,

em muitos casos considerou-os traidores à pátria, publicou e colocou as suas fotos nas fronteiras, como se de criminosos se tratassem. Professores, estudantes, artistas, militantes e quadros partidários, desertores e refractários partiram a caminho do exílio para vários países, em condições quase sempre muito duras, perigosas mesmo. Para quase todos, apresentava-se como a única forma de fugir ao inevitável encontro com a PIDE ou apenas para não alimentar a máquina de guerra em África, com a qual muitos não concordavam. Por vezes, a decisão de partir era tomada quase de um dia para o outro, em função das informações que chegavam: a iminência da prisão, da incorporação nas fileiras militares ou do embarque para o então chamado Ultramar. Quase sempre sob identidade falsa ou sem documentos, saíram a salto, atravessando fronteiras a pé durante dias e noites, mas também a nado, de comboio, em embarcações improvisadas em que só o desespero encorajava a entrar. Viram interrompidas as suas vidas, estudos, carreiras, rotinas de anos, sem que, no momento em que partiam, soubessem quando, ou sequer, poderiam voltar a Portugal. Cerca de cinquenta anos depois, não é fácil colocarmo-nos na posição de quem foi forçado a tomar uma decisão semelhante.

A viagem para o estrangeiro tornou-se inevitável, mas a de regresso não passava de um desejo muitas vezes sonhado. Por lá ficaram três, cinco, dez ou mais anos, até que chegou o tal «dia inicial inteiro e limpo» que lhes permitiu adquirir o bilhete de regresso. Foram muitos os países de acolhimento – Brasil, Bélgica, França, Suíça, Suécia, URSS, Roménia, Marrocos ou Argélia, entre outros –, muitas vezes em função do apoio com que lá pudessem contar, ou mais ou menos ao acaso, porque algum tinha de ser, ficando por sua conta. Muitos passaram privações de todo o tipo, sentiram o peso das saudades e da solidão. Ficaram anos e anos sem ver a família e amigos, sempre à espera do dia em que pudessem voltar a atravessar a fronteira em liberdade.

Nos países de acolhimento, os exilados, vivendo experiências necessariamente diferentes, apesar de todas as adversidades, de uma forma geral enriqueceram-se como pessoas e, acima de tudo, puderam respirar a plenos pulmões, sem medo do toque da campainha de casa a horas menos comuns ou de serem abordados por um desconhecido na via pública.

Todos os doze entrevistados, cujos testemunhos esta obra reproduz (e nesta amostra podemos tentar adivinhar as preocupações do que foi o universo dos exilados políticos portugueses deste período), continuaram,

então longe do seu país, a fazer tudo o que estava ao seu alcance para que a Ditadura, que para ali os empurrara, se fosse desgastando. E também nesta actividade os caminhos seguidos foram diversos, em função da sensibilidade de cada um. A sua acção passou pela intervenção política directa, nas ruas, na escrita, na música, ou num trabalho não menos meritório, que foi o de apoiar outros exilados e desertores que iam chegando, ou até emigrantes económicos. Tentavam minorar-lhes o sofrimento em que viviam, denunciando as condições miseráveis, bem como os abusos patronais, quando os havia, inserindo-os nas sociedades locais, ensinando-lhes a língua, a ler e a escrever, alertando-os para a necessária consciência de classe e as razões pelas quais todos ali se encontravam. O resultado do seu esforço, empenhamento e sacrifício pessoal enquadraram-se nas muitas formas de resistência e de luta contra o fascismo que acabaram por derrubar um Estado velho e dar lugar a um país novo, nessa luminosa madrugada de Abril.

Uma palavra muito particular para Diana Andringa que, um dia, numa pequena conversa, alertou para a necessidade de registar a diversidade, a riqueza e a importância destas histórias.

É também altura de destacar a forma como, nos últimos anos, este e outros projectos foram aceites e incentivados pela Direcção de Programas da Antena 1, na pessoa de Rui Pêgo.

Aos entrevistados que, generosamente, aceitaram ir lá atrás, à arca das recordações, o nosso especial agradecimento pela forma como nos falaram deste período das suas vidas, dos tempos difíceis, mas também das experiências exaltantes em que participaram.

Sendo testemunhos individuais, cremos que, em conjunto, permitem que se tenha uma visão alargada do que foram essas vivências, agora já transformadas em *Memórias do Exílio*.

Os Autores



# **ANA BENAVENTE**

**«Digo muitas vezes que quem viveu Maio de 1968 e o 25 de Abril de 1974 já não se pode queixar da História. A minha geração teve uma sorte extraordinária de viver momentos singulares, únicos e de grande viragem na vida das sociedades.»**



**ANA BENAVENTE**, professora universitária e investigadora, actualmente é membro do Conselho Geral e presidente da Comissão Especializada de Investigação Científica do ISCTE, membro do conselho externo do CIES-iul. Colabora com a CPLP e é membro do CLACSO. Secretária de Estado da Educação nos XII e XIII Governos Constitucionais, foi também deputada à Assembleia da República eleita pelo Partido Socialista em três legislaturas, de 1995 a 2005. Licenciada em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra, em 1970, e doutorada em Sociologia da Educação na mesma universidade, em 1985, Ana Benavente coordenou em Portugal o primeiro estudo nacional de literacia, área em que é especialista. Desempenhou vários cargos em organismos internacionais, como, por exemplo, a UNESCO e a OCDE. Ao longo dos anos tem feito consultorias para várias agências internacionais na Europa, África, América, Austrália e Japão e conta com dezenas de comunicações em colóquios, congressos e conferências, quer em Portugal como em muitos outros países. Em 2005 foi agraciada com a Ordem de Grande-Oficial Infante D. Henrique e já antes, em 2000, recebera a Comenda de Isabel a Católica, atribuída pelo rei de Espanha. Foi investigadora no Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian de 1975 a 1978 e investigadora principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa desde 1993. Foi ainda docente no Departamento de Educação da Faculdade de Ciências de Lisboa, de 1978 a 1993; membro do Comité do CERI (OCDE), Paris, de 1996 a 2002; e vice-presidente do Conselho do Bureau International d'Education, Genebra, Suíça, de 2001 a 2006. É autora de vários títulos subordinados ao tema da sua especialização, a educação. Com outros exilados do Grupo de Genebra, publicou em 2011 *Pátria Utópica – O Grupo de Genebra Revisitado*.

Nascida no Cartaxo em 1945, muito cedo foi estudar para Lisboa, onde, nas suas palavras, tudo eram proibições: a correspondência era lida; as janelas tinham cadeados; os horários eram «tipo tropa»; e a missa obrigatória. Assim, a revolta impunha-se como forma de resistência, mas também de sobrevivência. Casou cedo com um estudante de Direito que, depois de uma passagem pela prisão de Caxias, se recusou a participar na guerra de África, o que tinha como certo. Perante as circunstâncias, no Verão de 1965 o casal saiu de Portugal com destino à Suíça, onde Ana Benavente acabaria por viver um longo exílio.

**Quando decidiu sair de Portugal, fê-lo exactamente porquê, Ana Benavente?**

Fi-lo, porque, como muitas mulheres jovens da minha geração, casei aos dezoito anos com um jovem estudante de Direito do movimento estudantil que tinha decidido, na sequência das lutas académicas de 1962, não ir para a Guerra Colonial. Em 1964 ele reprovou e ia ser chamado. Então, resolvemos sair. O Internato Sidónio Pais, que frequentei, foi também muito marcante no meu percurso. Era um instituto para filhos de professores primários, um lugar inacreditável, que tinha o pior da repressão sobre as raparigas naquela época. Até a correspondência dos nossos pais e das nossas mães nos era entregue aberta e lida. Missa obrigatória, janelas fechadas a cadeado, vidros pintados de branco para que não se visse a rua. Nesse internato tive a ocasião de conhecer várias raparigas, entre as quais a Odete Santos<sup>1</sup>, que me marcou muito, e uma outra colega que era estudante da Faculdade de Letras, a Hirondina Chitas<sup>2</sup>, que namorava um jovem do Partido Comunista. Esse jovem tinha saído do país no ano anterior, tinha ido para a Suíça, e ela foi ter com ele. Foi a razão da ida para Genebra e não para outro lugar qualquer. Foi um período determinante da minha vida, porque eu saí de Portugal com dezanove anos e voltei com vinte e nove. Foi lá que fiz a minha formação pessoal e política, recomecei o meu percurso académico, e a minha filha mais velha nasceu lá.

<sup>1</sup> Odete Santos (N. 1941) – Advogada e antiga deputada à Assembleia da República pelo PCP, eleita ao longo de várias legislaturas.

<sup>2</sup> Hirondina Chitas – Seguiu para Genebra com o namorado (depois marido), Eduardo Chitas, membro do PCP e filósofo, especialista em Hegel. O casal acolheu Ana Benavente e o marido, concedendo-lhes apoio nos primeiros tempos, inclusivamente alojamento no pequeno apartamento em que viviam. De regresso a Portugal, especializou-se em Serviço Social, tendo obra publicada nesta área.

Digo muitas vezes que vim do Cartaxo para Lisboa, passando por Genebra. Foi um período absolutamente decisivo – tanto do ponto de vista pessoal, como profissional e político – em que me tornei e para as causas que têm orientado a minha vida.

**A Ana acha que, por essa relação que tinha com o seu companheiro, de algum modo também foi «desertora»? No fundo, foi-se embora porque ele desertou...**

Foi um casamento breve, que durou ano e meio. Daqueles casamentos de circunstância, digo eu agora, em que, para se sair da autoridade dos nossos pais, passávamos para a autoridade de um jovem marido. Eu tinha dezoito anos e ele vinte, quando nos casámos, tão jovens que nós éramos... E depois evoluímos de modos completamente distintos. Chegados a Genebra, ele ficou seduzido pela democracia burguesa – acrescentava eu na altura –, com tudo o que ela oferecia de possibilidades. E eu entrei para o Partido Comunista.

**Foi mesmo ao contrário.**

Foi, foi.

**Mas fiz-lhe a pergunta com um sentido preciso, porque a impressão que tenho é de que muitas mulheres foram para o exílio para acompanhar homens que estavam a desertar. Por isso usei a palavra «desertora».**

Exactamente. Aliás, a invisibilidade que, ainda hoje, atinge as mulheres em muitos domínios, nesse contexto específico era ainda mais forte, visto que a Guerra Colonial só mobilizava os rapazes, os homens, e não nos dizia directamente respeito. Embora existissem as madrinhas de guerra, as mães chorosas, as viúvas, as que acompanhavam os maridos que iam em comissões para as diversas colónias... Mas, tomada a decisão, foi uma questão de solidariedade: segui-lo e irmos os dois.

**Os seus pais lidaram bem com essa decisão?**

Não disseram nada, souberam poucos dias antes. O meu pai era daqueles homens austeros, um homem dos anos 40. Eu só soube muito mais tarde, quase no final da vida dele, que teve, então, uma grande depressão, com saudades, e o quanto lhe custou eu não estar cá. Os meus pais chegaram a ir lá uma vez, com muito pouco dinheiro. Não ficavam num hotel

no caminho, dormiam no carro. Chegavam em péssimas condições. Tinha de se encontrar um sítio onde pudessem ficar. Mas foram, sim, e nunca me faltou essa rede de apoio e esse amor maravilhoso que foi o dos meus pais, que já faleceram.

**Antes de sair de Portugal, e apesar de ser jovem, era já bastante politizada.**

Politizei-me nesse instituto, em que vivi. Pela revolta contra as proibições, por reacção, por me sentir castigada. Afinal, porquê? Por ser de um meio modesto, da província, ser boa aluna e ter vindo estudar para Lisboa, porque não havia ensino secundário – então, liceu – no Cartaxo. A vida no Instituto Sidónio Pais, com o encontro que já referi com a Odete Santos e com «as mais velhas», como nós dizíamos, foi importantíssimo para a minha formação, mas também, e sobretudo, o movimento estudantil de 1962, o ano em que entrei para a universidade, para a Faculdade de Letras. Lembro-me de me ter aproximado da mesa da Pró-Associação, cujo presidente na época era o Medeiros Ferreira<sup>3</sup>. A nossa amizade data desse momento. Depois vou reencontrá-lo na Suíça e tive ocasião de lhe disponibilizar apoios que já tinha, porque estava lá há mais tempo e muito integrada na vida da cidade. Mas quando me aproximei da mesa da Associação, digo ao Medeiros: «Quero trabalhar convosco seja no que for.» E nessa noite não dormi, porque só pensava: «Se o meu pai sabe...» Porque ele tinha-me dito: «Não te metas em nada, porque não conheço lá ninguém...» Mas eu era, ao mesmo tempo, muito ignorante. Lembro-me de o Mário de Carvalho<sup>4</sup> me dizer: «Essa conversa do teu pai é tipicamente pequeno-burguesa.» E eu, que tinha vergonha de perguntar o que não sabia, pensava: «Pequeno-burguesa? Mas espera lá, o que é que eu estudei em História? Era o clero, a nobreza e o povo. Do clero, eu não era, da nobreza, também não. Eu sou do povo! Então, quem é esta pequena-burguesia?» Depois vim a perceber quem éramos nós, os estratos dentro do povo. Mas isto deixou-me uma frase que digo muitas vezes: «Eu sou do povo.» Os meus amigos próximos sabem. Não sou herdeira, não tenho um nome conhecido, construí o meu próprio percurso e depois tive de o reconstruir. Construí a primeira vez

<sup>3</sup> José Medeiros Ferreira (1942-2014) – Historiador, professor universitário e político. Desempenhou os cargos de secretário de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros, deputado e eurodeputado, entre outros.

<sup>4</sup> Mário de Carvalho (N. 1944) – Escritor, antigo advogado, preso político e exilado na Suécia.

em Genebra, onde toda a gente me conhecia. Era a Ana (Áná), presente em todas as lutas.

**Era uma personagem lá? Foi o que disse em tempos numa entrevista.**

Exactamente. Afirmativa e lutadora. Esquiva, noutros domínios.

**O que é que isso quer dizer?**

Quer dizer que Genebra era uma cidade pequena, com um microcosmos universitário, que fiz parte da direcção do movimento estudantil em 1968, que posteriormente criei com um grupo de suíços, brasileiros e gregos, o GLI – Grupo de Lutas Internacionais<sup>5</sup>, que se ocupava das ditaduras no mundo: a SAVAK<sup>6</sup> no Irão, o Brasil e os coronéis, a Grécia, a Espanha, com a pena de morte, a Suíça, com as suas contas bancárias numeradas. Foi, aliás, num desses comités, por causa do Processo de Burgos<sup>7</sup>, que conheci o pai<sup>8</sup> da minha filha mais velha, que era do Partido Comunista espanhol. E criámos um grupo da emigração portuguesa na Suíça. Decidimos, no início dos anos 70, começar a trabalhar com os emigrantes, que então começavam a ser mais numerosos e que chegavam sem consciência dos seus direitos, prontos a aceitar condições de sobre-exploração. Considerámos que era importante politizar, consciencializar e trabalhar em defesa dos seus direitos<sup>9</sup>.

**Como é que faziam isso?**

Passávamos os nossos domingos nas «barracas» – dizia-se assim. Eram as casas pré-fabricadas em que eles viviam, em camaratas. Conversávamos muito, fizemos um movimento com os italianos e com os espanhóis, que

<sup>5</sup> O Grupo de Lutas Internacionais foi criado em 1969/1970: «Fomos de todos os anti-imperialismos e militantes de todas as liberdades», como diria a entrevistada sobre a temática (*in* <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15029.pdf>).

<sup>6</sup> SAVAK – Polícia política do Irão, criada pelo xá Mohammad Reza Pahlavi em 1957.

<sup>7</sup> Processo de Burgos – Julgamento de dezasseis activistas da ETA, em Dezembro de 1970, por suspeita de estarem envolvidos em três homicídios. As denúncias de torturas durante os interrogatórios policiais adensaram a contestação nas ruas ao regime de Franco. No fim, seis dos réus foram condenados à pena capital, que entretanto foi comutada em pena de prisão.

<sup>8</sup> Fernando Belda Egea (1943-2017) – Operário, autodidacta, emigrante em Genebra. Membro do Partido Comunista de Espanha e lutador pela democracia e pela liberdade. Voltou a Espanha com o final do franquismo e mais tarde seria *alcalde* de Callosa de Segura.

<sup>9</sup> Com um amigo, também exilado, Manuel Areias, Ana Benavente criou o GAEPS – Grupo Autónomo da Emigração Portuguesa na Suíça.

estavam na mesma situação que nós, publicávamos documentos, organizávamos eventos, manifestações... Havia os *saisonniers*, que eram os trabalhadores sazonais, que iam só durante um período de meses. Portanto, nunca acumulavam o tempo necessário para ter direito a legalizar a sua situação. Era a mão-de-obra que ia e vinha segundo as necessidades da economia suíça, e isso parecia-nos inaceitável. Além disso, trabalhei sempre com os portugueses sobre a situação em Portugal, não só no Partido Comunista – aquele tipo de actividade mais interna, de apoio às famílias dos presos políticos, de denúncia internacional da Ditadura, de criação de redes de solidariedade, de reuniões entre nós. Publicámos textos em português, os «Cadernos 1.º de Maio». Trabalhei na constituição do Secretariado dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro, estrutura liderada pelo PC, que me levou, pela primeira vez, em 1967, clandestinamente, à Checoslováquia e à Polónia, o meu primeiro encontro com os países de Leste.

### **Isso teve algum significado especial para si?**

Teve, porque, na altura, eu tinha muitas dificuldades em estudar e trabalhar. Quase só trabalhava. Tive uma vida difícil, porque não tinha bolsa, e como nós não éramos mobilizados para a tropa, era difícil pedir estatuto de refugiado político porque eu não era propriamente perseguida aqui, tinha ido voluntariamente. As coisas foram complicadas: houve momentos em que chorei muito, em que achava que não ia conseguir continuar a estudar e que não sabia como é que ia ser a minha vida. Portugal era tão triste! Sem um projecto de luta ofensivo, não queria voltar.

### **E trabalhava em quê?**

Trabalhei em tudo. Devo dizer hoje que foi uma aprendizagem extraordinária. Em lojas, em escritórios, em fábricas, nomeadamente numa fábrica de correias de relógios, em que todo o trabalho feminino era clandestino. Começávamos às seis da manhã e acabávamos às cinco da tarde, a cortar metal e a fabricar todas aquelas peças que constituem uma correia para relógio. Havia acidentes de trabalho constantemente, dedos cortados nas guilhotinas... Eu, tão jovem que era, lembro-me que a meio do dia já tinha o corpo dormente, porque nos sentávamos inclinadas, em bancos sem costas, numa posição de grande desconforto. E lembro-me de pensar – aprendi com isso – que, quando se é operário e

se tem uma vida assim, é difícil articular com um compromisso político. E o tédio, o tédio....

**Em circunstâncias tão adversas e tendo ido porque quis (não era perseguida aqui pela polícia, não corria, pelo menos ainda, o risco de ser presa), porque é que, perante essas dificuldades todas, continuou no exílio?**

Porque tinha tomado essa decisão, dolorosa para os meus pais, para a família, para os próximos e para mim própria, muitas vezes. Mas era também uma questão de orgulho, de poder dizer: «Sou capaz!» Lembro-me de que tinha muitas saudades. Às vezes dizia que tinha saudades das pessoas de quem gostava e até daquelas de quem não gostava. Porque tudo era estranho, diferente, mas eu queria provar que era capaz. O que é certo é que descobri um outro modo de vida e muitas causas e oportunidades de trabalho político que me prenderam. Porque considerei muito importante apoiar, por exemplo, movimentos suíços anticolonialistas: estou a pensar na Afrique Austral Portugal, no apoio a uma luta que houve já com o Marcelo Caetano, quando Portugal foi o país convidado do Comptoir Suisse<sup>10</sup> em Lausanne, em que houve um grupo de suíços que se prendeu com correntes às grades e se organizou, a nível de toda a Suíça, uma grande manifestação contra o fascismo. Também o *Le chant du fantoche lusitanien*, de Peter Weiss, representado com muito sucesso no Théâtre de l'Atelier, em Genebra... Ou seja, eu descobri frentes de trabalho que achei que valiam a pena.

**Que valiam a pena o seu esforço e o seu sacrifício pessoal...**

Exactamente. Sendo que isto não foi tudo ao mesmo tempo. Nos primeiros anos, de 1965 a 1968, só trabalhava, tinha a minha vida no Partido Comunista e tentava estudar, com pouco sucesso. Quando fomos aos países de Leste, em 1967, recebi uma proposta do PC para ter uma bolsa. Era para a Hungria, Budapeste... Hesitei, achei que ia ficar muito mais isolada, muito só. Eu não gosto da neve e disse que não. E a História veio dar-me razão, porque em 1968 foi a invasão da Checoslováquia, e foi todo esse processo que nos levou depois a sair do Partido Comunista. Começou então uma outra fase, a partir de 1968.

<sup>10</sup> O Comptoir Suisse é actualmente a maior feira do cantão de Vaud.

**Em 1968 saiu então do Partido Comunista...**

Saí, depois de um processo, de encontros com o secretário-geral, Álvaro Cunhal, de conversas sobre a luta armada... Nós éramos jovens e queríamos que o país se libertasse da Ditadura mais depressa...

**Queriam uma revolução já!**

Queríamos. O levantamento nacional deixava-nos insatisfeitos. O tempo, os anos de Ditadura já eram muitos.

**O seu exílio divide-se nesses dois períodos? Um primeiro, muito difícil, e um mais suave, nos últimos anos.**

Sim, porque obtive, entretanto, uma bolsa suíça para refugiados, visto que tinha recommençado os estudos e tinha bons resultados, a seguir a 1968. Tinha conseguido sair dos quartos, dos diversos quartos em que vivi, e alugar um pequeno estúdio, num dos prédios mais pobres de Genebra, em que até as paredes eram de cimento por pintar, mas que para mim era um palácio. Era o meu palácio, a minha primeira casa, só minha. E continuei a trabalhar, mas já só nas férias. Portanto, houve ali uma mudança. Depois, em 1969, 1970, quando acabei a licenciatura, fui convidada para dar aulas, como assistente de um professor, «monitor», chamar-se-ia assim aqui em Portugal.

**Isso foi um grande salto?**

Foi um grande salto. Aí comecei a minha carreira académica e comecei a viver melhor. Mesmo trabalhando a meio-tempo, tinha estabilidade, tinha contrato com o Estado de Genebra e assim continuei até voltar para Portugal.

**E não era assim uma coisa tão comum...**

Curiosamente, houve um pequeno grupo de exilados na Suíça que acabou por trabalhar na universidade. Estou a pensar no António Barreto<sup>11</sup>, no Medeiros Ferreira, nos que escreveram o *Pátria Utópica*, para não falar de outros, que também partilharam essa realidade.

<sup>11</sup> António Barreto (N. 1942) – Sociólogo e político. Desempenhou o cargo de ministro no I Governo Constitucional nas áreas do Comércio e Turismo e mais tarde na Agricultura e Pescas. Foi também deputado à Assembleia da República.

O livro a que se refere tem um título muito curioso: *Pátria Utópica – O Grupo de Genebra Revisitado*<sup>12</sup>, com textos de António Barreto, Ana Benavente, Eurico Figueiredo<sup>13</sup>, José Medeiros Ferreira e Valentim Alexandre<sup>14</sup>. Este título é muito interessante. Porque é que o escolheram?

Foi a pátria que sonhámos, utópica, porque era a que queríamos construir.

### O Grupo de Genebra o que era exactamente?

O Grupo de Genebra foi assim chamado porque, como referi, Genebra tinha poucos portugueses quando lá chegámos. Deste grupo, eu fui a segunda exilada a chegar. Havia depois também um grupo em Lausanne. E quando ouvíamos falar português, íamos espreitar, perceber se era alguém de confiança. É preciso ter presente que na época se viajava pouco, não havia as novas tecnologias, o telefone era caríssimo. Portanto, as notícias de casa eram escassas. Era muito bom quando havia um portador. Chegámos a receber pratos cozinhados! O meu pai era caçador e lembro-me que a minha mãe me mandou, por um jovem que estava a estudar numa escola de turismo, um *tupperware*, dir-se-ia hoje, com uma «perdiz de catorze». Era uma perdiz cozinhada com catorze especiarias, um prato fantástico que ela fazia.

### E estava em condições? [risos]

Estava em condições, porque o portador foi de avião. As pessoas iam ao aeroporto buscar as encomendas... Podia-se levar tudo.

### E imagino que saberia muito bem. Era um bocadinho da casa que chegava lá...

Havia alguns dos nossos pais que faziam a viagem numa *roulotte*. Lembro-me de um casal do Norte que levava uma galinha que deixavam debicar cá fora quando paravam durante a viagem. À chegada havia canja e galinha corada para o filho, que lá estava. Lembro-me também de uma avó, rural, que se meteu num comboio com uma cesta cheia de queijo,

<sup>12</sup> *Pátria Utópica – O Grupo de Genebra Revisitado*, obra publicada sob a chancela da Bizâncio em 2011.

<sup>13</sup> Eurico Figueiredo (N. 1939) – Médico psiquiatra e antigo dirigente do movimento associativo estudantil durante a crise de 1962. Seria expulso da Universidade de Lisboa por via disso. Após o 25 de Abril, foi alternando a carreira médica com a de docente e de deputado pelo Partido Socialista. Aposentou-se como professor catedrático de Psiquiatria da Universidade do Porto.

<sup>14</sup> Valentim Alexandre – Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Tem publicado vários trabalhos nas áreas da história colonial e das relações externas portuguesas.

carne, etc., para levar ao neto. Era um mundo que já não existe hoje e que não tem nada que ver com o mundo de agora.

Mas queria acrescentar que o Grupo de Genebra, porque foi o grupo com quem estive no PC, criou uma revista, a revista *Polémica*<sup>15</sup>, virada para Portugal, e apresentou uma intervenção no Congresso de Aveiro. Mas era um grupo que trabalhava só para Portugal. Eu, além desse trabalho no Grupo de Genebra, tinha o trabalho com a emigração e tinha toda a militância internacional. Havia uma certa distância entre nós e os emigrantes. Mas havia muitos pontos comuns, éramos portugueses: eles andavam sobretudo à procura de uma vida melhor por razões económicas, mas alguns também tinham deixado o serviço militar para trás. Portanto, eu trabalhava com os emigrantes e com toda uma série de gente no grupo internacional sobre as ditaduras no mundo. Eu não sou capaz, e isso continua comigo, de ignorar e de não me envolver no lugar onde vivo. Genebra, além das coisas extraordinárias que tinha e que tem, foi muito nossa amiga. Nos vinte e cinco anos do 25 de Abril fomos agradecer à cidade o modo como nos recebeu e convidámo-los a vir cá, agora que, em democracia, também os poderíamos receber. Mas a Suíça, além de muitos aspectos positivos que tinha, era a placa financeira das contas numeradas, do dinheiro de sangue dos ditadores do Haiti, dos Bokassas africanos, etc. Portanto, havia ali todo um domínio em que eu, politizada via movimento estudantil, me encontrava com os camaradas suíços, brasileiros, gregos, espanhóis. Éramos sempre convidados para todos os comités: do Processo de Burgos, da morte do Amílcar Cabral<sup>16</sup>... Houve mesmo quem fizesse um abaixo-assinado, mas também houve um grupo que foi escrever nas paredes do nosso consulado: «Assassinos!!»

### **Vocês eram jovens que estavam a sentir que faziam coisas para mudar o mundo...**

Exactamente, e aliás somos contemporâneos da luta contra a Guerra do Vietname, que era também uma das nossas causas. Um dia, já com a minha filha pequenina no carrinho, participei numa manifestação entre

<sup>15</sup> Revista *Polémica* – Foi criada em 1970 e, além de alguns elementos do Grupo de Genebra, também Manuel de Lucena, exilado em Paris, colaborava. A revista era distribuída em Portugal, de forma clandestina, mas também nas cidades onde se concentrou um maior número de exilados, como Bruxelas, Paris, Argel, Londres, entre outras.

<sup>16</sup> Amílcar Cabral (1924-1973) – Engenheiro agrónomo, fundador e líder do PAIGC até ser assassinado em Conacri a 20 de Janeiro por homens do seu partido, embora não sejam claras as razões que sustentaram o crime.

vietnamitas do Norte e do Sul. Apareceram os do Sul com paus com pregos na ponta, numa luta campal no centro de Genebra, e eu, como estava com ela, tive de me proteger num café. Isso fazia parte da nossa vida, as lutas do mundo. Mas também as alegrias da juventude. Com muito pouco dinheiro nós éramos felizes. Penso que isso é característico da juventude. Lembro-me de uma vez irmos a uma manifestação que durou toda a noite contra uma central nuclear em França. E aquelas viagens que fazíamos de carro, todos juntos, o que nos ríamos, o que nos divertíamos... Nós tivemos ocasião de viver momentos extraordinários. E até a viagem à Polónia e à Checoslováquia teve aspectos magníficos, naqueles velhos comboios. Tudo era uma festa, porque quando somos jovens tudo é uma festa! Não esqueço uma viagem feita a Berlim, de comboio, sozinha, quase sem dinheiro, para me encontrar com um amigo que vivia em Varsóvia. Férias a acampar nas Cinque Terre, festas de emigrantes em Paris, peças de teatro, de protesto, por todo o lado. Anos muito intensos.

**Tinham a noção de que estavam a viver momentos de ruptura...?**

Sim, por isso referi o Vietname. Nós estávamos nas viragens que naquela época se viviam.

**Mas tinham consciência disso?**

Eu penso que sim. Era uma vida cheia de lutas românticas, mas era uma vida exaltante. Uma exaltação que às vezes me faz falta, mas eu sei que isso não é constante e que tem os seus momentos. Por exemplo, as lutas pela independência das colónias portuguesas foram contemporâneas de outras lutas que atravessaram o mundo. Estou a falar dos afro-americanos, estou a falar da Revolução Cubana, um pouco mais cedo, estou a falar das ex-colónias francesas... Havia todo um vento de liberdade que tivemos o grande, grande privilégio de viver. Digo muitas vezes que quem viveu o Maio de 1968 e o 25 de Abril de 1974 já não se pode queixar da História. A minha geração teve uma sorte extraordinária de viver momentos singulares, únicos e de grande viragem na vida das sociedades. Por isso talvez eu não me console com os retrocessos, com a indiferença, com a banalização... Continuo a ser muito exigente. É talvez isso que explica um pouco a minha, relativa, infelicidade. Tenho dias, como todos, porque quero sempre mais e melhor. Sou uma pessoa, e serei provavelmente sempre assim, intranquila, inquieta, exigente e sempre pronta para as lutas que considero justas.

### Vocês tinham alguma ideia do resultado desse vosso empenhamento?

Não, embora tivéssemos notícias, através das relações que mantínhamos com o país, das transformações que iam ocorrendo. O marcelismo já não foi o mesmo que o salazarismo, denso e monocolor. Já emergia o Sá Carneiro e a Ala Liberal<sup>17</sup>, já havia um desenvolvimento do país com os bancos, com a publicidade, a escolaridade que passou de quatro para seis anos com a reforma Veiga Simão<sup>18</sup>... O país começava, a pouco e pouco, a transformar-se. A grande questão continuava a ser as colónias, e essa era a razão directa da luta, mas sabíamos que havia transformações.

Para voltar à minha situação, em 1973, com um pequeno grupo, com quem vivíamos em comuna, decidi, e eles decidiram também, que Genebra já era pequena para nós.

### Um grupo de estrangeiros?

Sim, suíços, brasileiros e eu. Havia três crianças, uma delas era a minha filha, e essa comuna ficou célebre e uniu-nos para o resto da vida. Como diz um amigo meu, «amigos um dia, amigos para sempre», «amis un jour, amis pour toujours». Ainda nos encontrámos este ano [2017] e vêm muitas vezes a Portugal.

### Essa comuna ficou célebre porquê?

Porque foi a primeira. Depois houve outras, mas foi a primeira para a qual fomos viver e era um espaço de liberdade. Toda a gente nos vinha visitar, para reunir, partilhar as festas, os encontros, os debates que fazíamos. Mas em 1973, por aí, começámos a achar, alguns de nós, que Genebra era pequena e que já não víamos muito por onde romper. Até do ponto de vista profissional, pois já éramos assistentes na universidade. E então começámos a ir a Paris. Aliás, já tínhamos relações com grupos que viviam

<sup>17</sup> Nas eleições de 1969, as primeiras após a subida ao poder de Marcelo Caetano, parece ter havido a preocupação de renovar o quadro parlamentar da Assembleia Nacional. Um pequeno grupo dos novos deputados, pelas posições menos concordantes ou mais hostis relativamente aos interesses do regime, ficou conhecido como Ala Liberal. Deste grupo destacava-se José Pedro Pinto Leite, que, no entanto, faleceria pouco depois, em 1970, vítima de um acidente aéreo na Guiné. Como líder informal do grupo suceder-lhe-ia Francisco Sá Carneiro, advogado do Porto, que após o 25 de Abril criaria o PPD, de que seria o primeiro líder.

<sup>18</sup> Veiga Simão (1929-2014) – Professor universitário e político. Foi o último ministro da Educação do Estado Novo e viria a ocupar outras pastas ministeriais após o 25 de Abril. Vítor Alves, destacado militar de Abril que ocupou a pasta da Educação no VI Governo Provisório, tinha o professor Veiga Simão como a sua grande referência na área, tendo em conta a reforma do ensino que encetou.

em França, nomeadamente com o Hélder Costa. E estava então a tentar ir para Paris, porque havia lá uma comunidade emigrante muitíssimo mais forte e porque nos parecia que, tal como cá dentro se trabalhava com o povo, lá fora também tinha de se trabalhar com o povo. O 25 de Abril não deu tempo.

**E na Suíça como é que os emigrantes olhavam para vocês, pessoas mais politizadas? Como reagiam eles ao vosso discurso, ao vosso trabalho?**

Fomos dois a iniciar esse trabalho com os emigrantes portugueses: o Manuel Areias<sup>19</sup>, que já faleceu, e eu própria. Convidávamos o Grupo de Genebra para eventos, e algumas pessoas iam, outras não, porque diziam que o seu foco era Portugal, e que não estavam interessadas em participar. Mas nós fazíamos outro trabalho de base, que era passar todos os fins-de-semana com eles, levá-los a reuniões, aos sindicatos, aos partidos suíços. Havia o *Partie du Travail* – o partido comunista suíço. Tínhamos um grupo de dez operários, com diferentes situações. A seguir ao 25 de Abril saímos numa das manifestações de trabalhadores na Suíça. Éramos mais de trezentos portugueses na rua, algo nunca visto. Lembro-me de que um dirigente comunista me veio dizer: «Camarada, que pena termos-te perdido.» E eu disse-lhe: «Não me perderam, continuamos aqui.» Porque nós queríamos o mesmo: lutar pelos direitos dos trabalhadores. Achámos que era também nossa responsabilidade, não podíamos estar a trabalhar para Portugal e ignorar os portugueses que estavam ali ao nosso lado. Não vou fazer balanços, mas quando cheguei, a seguir ao 25 de Abril, fiquei bastante chocada, dada a experiência de liberdade, da voz que eu já tinha conquistado para mim na Suíça. Cá, voltei a encontrar no MES – Movimento de Esquerda Socialista<sup>20</sup> – um mundo muito marialva, sendo que havia no MES mulheres notáveis! Mas era um mundo de homens. Lembro-me de que a primeira vez

<sup>19</sup> Manuel Areias Taveira – Foi membro do grupo cénico da Faculdade de Direito de Lisboa. Depois de um primeiro exílio em Paris, chegou a Genebra. Cursou História Económica e Social e no regresso a Portugal foi presidente do Instituto de Emigração e fez carreira na diplomacia. Ainda em Genebra, com a amiga Ana Benavente, criou um organismo de apoio aos emigrantes económicos.

<sup>20</sup> MES – O Movimento de Esquerda Socialista foi fundado após o 25 de Abril. Nele militaram nomes como Jorge Sampaio, Ferro Rodrigues, César Oliveira, Nuno Teotónio Pereira e muitos outros conhecidos antifascistas. O partido acompanhou a radicalização da Revolução, o que levou a abandonos de alguns dos fundadores. Sem nunca ter conseguido obter resultados eleitorais assinaláveis e após algumas ligações malsucedidas, acabaria por se dissolver em Novembro de 1981.

que estive numa reunião houve um camarada, um pouco mais velho, que olhou para mim de cima a baixo e perguntou a outro: «Quem é?» «É a Ana, a nossa camarada de Genebra.» E ele voltou a olhar com muita atenção e disse: «É mulher de quem?» Só aí é que eu respondi: «Mas é preciso ser mulher de alguém para estar aqui?» Ele deu meia-volta. Durante vários anos nem lhe falei.

**Isso levanta uma questão interessante, que é perceber como foi o regresso para muitos dos exilados.**

Foi um recomeço. Não que tivéssemos de ser recebidos de um modo diferente do dos emigrantes que lutaram pela sua vida lá fora. Mas os emigrantes sempre tinham aquele objectivo de ir para guardar dinheiro e depois vinham para construir uma casa. Eu e muitos de nós, não. Voltámos de mãos vazias, só com o entusiasmo da luta. E a rua chegava para nós, naqueles anos, até ao 25 de Novembro de 1975. Tudo o que eu tinha feito desapareceu, nós chegávamos estrangeirados e confrontávamo-nos com o país que tínhamos deixado anos antes: um país cheio de atavismos, obstáculos, dificuldades, com uma burocracia que ainda hoje não está resolvida. Realmente, vim encontrar um mundo demasiado próximo daquele que eu tinha deixado, mas do qual já não me lembrava bem. Mas nunca hesitei em voltar. Para mim era óbvio que as razões que me tinham levado a sair eram as razões que me levavam a voltar. E acho que nós, exilados, acumulámos uma dupla saudade: a do país que deixámos e a do país que nos acolheu. Por isso eu dizia no início: amizades, daquelas que se fazem entre os vinte e os trinta, amizades muito fortes, que são feitas na luta, que são desenvolvidas numa cumplicidade com riscos que se correm, são absolutamente extraordinárias. Mas também encontrei em Portugal, e hoje posso dizê-lo, meios de referência, grupos e pessoas com as quais me sinto muito feliz e muito bem, porque sei – nós sabemos – que as mudanças sociais não têm o tempo da nossa vida. São muito mais lentas, têm avanços e recuos. Acho que é esse o drama do ser humano: nós gostávamos que, no tempo da nossa vida, as nossas utopias se realizassem. Não é assim, e há momentos em que me pergunto: «Fiz bem? Fiz mal?» Mas não é fértil olhar para trás e fazer essa pergunta, porque já não posso fazer nada. As coisas são como são e acho que fiz bem. Só que vim também com outro modo de estar, com outra segurança. O meu primeiro compromisso político foi com o Otelo Saraiva de Carvalho.

Depois tive um longo período sem estar em partidos, porque decidi que a sociedade portuguesa, para se transformar, tinha de o fazer através das pessoas, do seu trabalho e nas instituições, lá onde elas estavam. Foi aí que investi tudo na educação e nos primeiros trabalhos de investigação e de intervenção com os professores, em escolas, em comunidades, em associações. Fui para a base fazer esse trabalho.

**Durante estes anos todos em que esteve fora, no exílio, veio a Portugal alguma vez?**

Vim.

**Porque podia vir, não tinha nenhum constrangimento.**

Vim a Portugal algo temerosa, porque o meu nome já estava nas publicações do Secretariado de Estudantes Portugueses no Estrangeiro. Vim com a Maria João Pulido Valente Pena<sup>21</sup>, que era casada com o Manuel Areias, e que veio trazer o bebé.

**Trazer para deixar cá?**

Não, para mostrar aos avós o bebé dela. E eu vim mostrar a minha. E fui surpreendida por algo de terrível, que nunca esquecerei e que me perseguiu. Sou uma traumatizada da burocracia. Quando me divorciei do meu primeiro marido, com quem tinha ido para a Suíça, esse divórcio não tinha sido reconhecido em Portugal, apesar de ter sido um casamento civil. E quando a minha filha nasceu foi registada com o nome do meu ex-marido, que, entretanto, tinha voltado ao país. Quando vim cá com ela, em 1972, 1973, depois não a deixaram sair, porque não tinha autorização do pai. E eu deixei-a aos gritos no aeroporto e fui-me embora sozinha. Foi algo terrível. E o pai, o pai fictício, eu não sabia dele. Já a menina tinha dez anos quando esse problema se resolveu. Só então o pai dela, espanhol, pôde dar-lhe o nome, o apelido. Foram dez anos de luta burocrática. Tenho muitas histórias destas. Esta é apenas uma. São muitas situações assim, de impossibilidades, de obstáculos, de angústias...

<sup>21</sup> Maria João Pulido Valente Pena – Estudou Psicologia em Genebra, conheceu e casou com Manuel Areias. Após o 25 de Abril trabalhou na sua área de formação no Centro de Saúde Mental Infantil. É membro da Fundação Professor Francisco Pulido Valente, criada em 1991 em homenagem ao seu avô.

## O que é que ficou de mais complicado dos períodos mais difíceis do exílio?

Ficou uma certa desconfiança, que me levou muito tempo a resolver, em relação aos homens portugueses. Uma «dureza» que não me é natural. Nunca disse isto, mas vou dizê-lo: havia um grupo próximo de mim, por razões políticas, que obviamente não vou identificar. E, quando me separei, todos – qualquer que fosse a sua situação, casados, solteiros, mais velhos, mais novos –, todos me vieram propor que fosse amante deles. Todos! A mesma coisa com os quadros políticos que nos visitavam. Uma mulher, uma jovem sozinha, era presa fácil. Devo dizer que ainda hoje tenho um problema com relógios, detesto relógios. E levei muito tempo a perceber porquê... Foi porque um alto quadro que trabalhava connosco, depois de me conhecer, na vinda seguinte, trouxe-me um relógio de ouro, uma prenda, com uma proposta de um fim-de-semana a dois. Posso dizer, a esta distância, #MeToo<sup>22</sup>... E houve também, já aqui, um «querido amigo» e camarada, que, numa sessão pública, não hesitou em pôr-me a mão na perna. Estava sentado ao meu lado e pôs a mão por aí acima. A certa altura levantei-me e mudei de lugar. Levei muito tempo a ultrapassar isto.

## Tanto quanto percebia, não sei se falava sobre isso na altura, isso acontecia com outras mulheres?

Não sei. Não se falava sobre nada disso.

## Mas conseguiu falar sobre o assunto com alguém?

Não, só às minhas amigas e aos meus amigos suíços. Esses, sim, compreendiam. E foi junto deles que encontrei uma liberdade, um respeito e uma igualdade de tratamento que não encontrei em muitos portugueses. Levei anos a resolver uma espécie de desconfiança e até algum desejo de *revanche*, entre muitas aspas, em relação aos homens portugueses. Outro aspecto que levou algum tempo a resolver – mas esse está mais do que sanado – foi que, tendo eu feito todo um caminho de formação, de trabalho, de acção lá fora, quando cheguei a Portugal ninguém me conhecia. Naturalmente porque não tinha um nome sonante. Não fui convidada para nenhum cargo importante e recomecei – e aí achei muito injusto – do zero

<sup>22</sup> #MeToo – Representação gráfica do movimento mundial que visa denunciar episódios de assédio sexual.

o meu percurso profissional e o meu percurso de cidadania<sup>23</sup>. E olhando à minha volta, via que os homens não recomeçavam tanto do zero, com uma ou outra exceção. Outros até optaram por não voltar, precisamente por esse constrangimento. Para quem esteve dez anos no exílio e já tinha a sua vida a desabrochar, a crescer do ponto de vista profissional e até pessoal, voltar era recomeçar do zero e andar à procura de um lugar. Estive um ano sem trabalho, um ano muito difícil, sem casa, sem trabalho, com uma filha pequena. A certa altura tive de a levar para os avós, para me ajudarem naquela passagem. E isso achei injusto. Tudo o resto foi bom. Provavelmente se tivesse cá ficado também teria vivido experiências fantásticas e dolorosas. Provavelmente. E diferentes. Tudo o que vivi enriqueceu-me e fez de mim a pessoa que voltei. Como referi no início da conversa, do Cartaxo para Lisboa, passando por Genebra.

**Como é que acha que os mais jovens de hoje entendem, conhecem ou não, todo este universo de portugueses que tiveram de deixar o país e viveram cinco, seis, dez, alguns mais anos no exílio, muitos completamente impedidos de voltar?**

Penso que há uma responsabilidade cultural, no sentido amplo, que não está a ser cumprida. Nas escolas, os alunos são massacrados com matéria, conteúdos, currículos que não os deixam respirar, não há espaço para áreas de cidadania em que esse trabalho possa e deva ser feito. Tenho neste momento alunas e alunos que, estando a fazer uma formação em Educação Social, nunca ouviram falar do Estado Social. E eu compreendo: nasceram em 1994 ou 1995 e não sabem. Portanto, esse trabalho tem de ser feito. Há uma dimensão cultural que, adequada a cada nível de escolaridade, tem de ser assegurada pela escola, pelas instituições, pelos espaços sociais e culturais e não o está a ser. Estamos a criar uma geração que não sabe quanto custa conquistar a democracia, a liberdade e os direitos e por isso pode ser mais facilmente manipulada e encurralada neste Estado marcado pela competição, pelo individualismo e pela sobre-exploração. E nós deixamos. É uma das minhas lutas, sempre foi. Considero que é um problema grave e que é muito negativo para a democracia, porque quem não sabe o que custa construir uma democracia mais facilmente a deita a perder.

<sup>23</sup> Nem os seis anos de docência na Universidade de Genebra impediram que recomeçasse a carreira como assistente estagiária na Universidade de Lisboa por concurso público.